

**DESEMPENHO ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO E SUA RELAÇÃO COM O FPM:  
UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS****ECONOMIC AND TAX PERFORMANCE AND IT'S RELATIONSHIP WITH THE  
FPM: AN ANALYSIS OF THE CITIES IN THE NORTHERN MESOREGION OF  
MINAS****Marconi dos Santos Miranda**

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

[marconi.miranda@unimontes.br](mailto:marconi.miranda@unimontes.br)**Silmara Brito Ribeiro**

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

[silmarabrito90@gmail.com](mailto:silmarabrito90@gmail.com)**Maxwel Gomes dos Santos**

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

[maxwel.santos@unimontes.br](mailto:maxwel.santos@unimontes.br)**Resumo**

Este estudo teve o objetivo de mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos municípios da mesorregião Norte de Minas. Aplicando-se uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa dos dados secundários e em painel, foram analisadas as variáveis do período de 2018 a 2022, das 89 cidades da mesorregião em referência. Foram estimados os testes de correlação de Pearson e de regressão linear múltipla, por efeitos fixos. Os resultados encontrados indicam que uma parcela expressiva dos municípios norte-mineiros possui baixo desempenho tributário, dependendo significativamente do FPM na composição de suas receitas. Os achados deste estudo sugerem que, em média, a dependência ao FPM exerce influência negativa ao indicador que mede o desempenho econômico e tributário dos municípios, ratificando as reflexões na literatura de que os repasses intergovernamentais, decorrentes do federalismo fiscal brasileiro, desencadeiam ineficiência tributária aos entes municipais.

**Palavras-chave:** desempenho econômico; FPM; municípios.**Abstract**

This study aims to measure the relationship between the economic and tax performance and the dependence of the Municipalities Participation Fund (FPM) in the cities of the northern mesoregion area of Minas Gerais. Using a descriptive, bibliographic and documentary research, with quantity and quality approach of the secondary data and in panel, were analyzed the period between 2018 and 2022, in 89 cities of the mesoregion. Were estimated the Pearson tests and the multiple linear regression for fixed effects. The results found indicate that an expressive part of the north of Minas Gerais cities has low tax performance, depending significantly of the FPM to provide their revenues. The findings of this study suggest, on average, the dependence on the FPM exert negative influence on the indicator that measures the economic and tax performance of the cities, ratifying the reflections in the literature that the

- a) Submissão em: 25/12/2023.
- b) Envio para avaliação em: 20/02/2024.
- c) Término da avaliação em: 21/02/2024.
- d) Correções solicitadas em: 21/02/2024.
- e) Recebimento da versão ajustada em: 07/03/2024.
- f) Aprovação final em: 09/03/2024.

intergovernmental transfers, result of Brazilian fiscal federalism, trigger tax inefficiency to municipal entities.

**Keywords:** economic performance; FPM; municipalities.

## 1 Introdução

O processo de descentralização fiscal brasileiro foi marcado pela Constituição Federal de 1988, com importantes modificações na estrutura tributária do País. Concernente a isso, Giambiagi e Além (2008) destacam que a partir da Carta Magna de 1988 o Brasil passou a reconhecer os municípios como membros da federação, colocando-os em condição de igualdade com os Estados no que diz respeito a direitos e deveres.

Nesse levante, Massardi e Abrantes (2016) mencionam que a descentralização proporcionou maior autonomia aos Estados e Municípios. Com isso, os entes municipais, além de serem beneficiados com transferências intergovernamentais, conquistaram autonomia para arrecadação tributária própria. O federalismo fiscal brasileiro estabeleceu transferências intergovernamentais, com a finalidade de reduzir o desequilíbrio econômico entre os entes federados, em especial proporcionando maiores repasses aos municípios. Nesse sentido, Souza *et al.* (2020) apontam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como uma importante fonte de recursos nos orçamentos municipais, promovendo equilíbrio na execução orçamentária dos municípios.

Nessa seara, Mendes, Miranda e Cosio (2008) pontuam que os fundos de participação, com origem na Constituição Federal da República de 1946 e regulamentação na Constituição de 1988, consistem em repasses intergovernamentais que, por sua vez, visam equilibrar as situações econômicas entre os estados e os municípios, sendo elementos essenciais para o bom funcionamento e eficiência dos sistemas federativos, atuando como ferramentas importantes para redução das disparidades econômicas entre os governos centrais e os entes federados.

O FPM trata-se de uma transferência constitucional de recursos da União para municípios, estabelecida atualmente na Lei Maior, no Art. 159, I, b, composta de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) (Brasil, 1988). O FPM é caracterizado como uma transferência intergovernamental de caráter descentralizador e possui como critérios de distribuição o número de habitantes, com a fixação de faixas populacionais e coeficientes individuais (Gasparini; Miranda, 2006), sendo os critérios de distribuição e cálculo de coeficientes estabelecidos na Lei nº 5.172/1966 e no Decreto-Lei nº 1.881/1981 (Brasil, 1966, 1981).

No entanto, conforme observado por Ravello e Bender (2019), a descentralização fiscal não foi correspondida pela adequada transferência de responsabilidades aos governos locais, gerando uma certa dependência dos municípios às transferências intergovernamentais, em especial ao FPM.

Sobre essa questão, Massardi e Abrantes (2016) destacam que as transferências intergovernamentais buscam equilibrar a situação econômica e social dos municípios, reduzindo assim as disparidades e possibilitando o desenvolvimento de projetos e programas, uma vez que muitos municípios não conseguem subsidiar seu orçamento com sua base tributária própria, o que aumentaria a desigualdade entre esses entes. Nessa linha, com base no destacado por Mendes, Miranda e Cosio (2008), o baixo nível de arrecadação tributária de alguns municípios, em especial dos pequenos, ocasionam uma certa dependência aos repasses intergovernamentais, como o FPM, que asseguram a sustentabilidade econômica desses entes.

Ante ao exposto, de acordo com Massardi e Abrantes (2016), as disparidades nas arrecadações tributárias são as principais características do federalismo fiscal nas economias

regionais. Nesse contexto de disparidades mencionadas, frisa-se que o Estado de Minas Gerais possui grande diversificação, sendo atualmente o maior Estado brasileiro em número de municípios. Destaca-se, nesse Estado, a mesorregião Norte de Minas, considerando o grande número de municípios, sendo a maior entre as 12 (doze) mesorregiões mineiras, com elementos suficientes para investigar a relação entre o desempenho econômico e tributário dos municípios agregados e a dependência econômica ao FPM, face ao abordado por Massardi (2014).

Nesse sentido, esta pesquisa foi conduzida a partir do seguinte questionamento: qual é a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas? Para responder a essa questão, este trabalho tem como objetivo geral mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas. Especificamente busca-se analisar o desempenho econômico e tributário dos municípios e identificar os níveis de dependência dos municípios ao FPM.

Justifica-se este trabalho por colaborar com o estudo das finanças públicas dos entes municipais norte-mineiros, uma vez que busca apresentar a realidade econômica regional, bem como o impacto das transferências intergovernamentais na composição das receitas municipais. O estudo possibilita, ainda, conhecimento acerca da realidade econômica e tributária regional, analisando pontos específicos para classificação do desempenho econômico e tributário, bem como mensurando o impacto do FPM nos desempenhos municipais e a dependência dos municípios ao FPM, observando ainda as variações ocorridas no período de 2018 a 2022.

## 2 Referencial Teórico

Nesta seção, buscou-se apresentar discussões da literatura acerca do federalismo fiscal brasileiro e sobre o desenvolvimento econômico e desempenho tributário e econômico, seguidas das hipóteses propostas neste estudo.

### 2.1 Federalismo Fiscal Brasileiro

Passos e Nascimento (2018) conceituam federalismo fiscal como a organização do Estado nacional conferindo autonomia territorial aos entes nas esferas subnacionais e na central. Massardi (2014) expõe que, no federalismo, o Estado utiliza diversos instrumentos para assegurar o equilíbrio entre os entes federativos, de forma a garantir o desenvolvimento econômico e a geração de renda.

Nessa seara, Mendes (2004) compreende o federalismo como sendo a divisão de tarefas entre distintas esferas governamentais, buscando maximizar a eficiência do setor público. Consoante a isso, Marengo (2012) frisa que a descentralização político-administrativa brasileira teve início com a Carta Magna de 1988, sendo que, após a sua promulgação, grande parte dos recursos da União passaram a ser transferidos para os demais entes.

Conforme destaca Rezende (2006), ao longo das últimas décadas houve o surgimento de uma tendência, em nível mundial, no que se refere às relações fiscais intergovernamentais, no sentido da descentralização das responsabilidades sobre os gastos e, em menor grau, dos poderes tributários, para níveis subnacionais de governo estadual e municipal.

O sistema federal, para Mendes (2004), corresponde a uma preponderância do governo central sobre as demais esferas, no entanto a Constituição Federal atribuiu a duas ou mais esferas de governo subnacionais algum grau de autonomia, competências legais e áreas próprias de ação. Souza *et al.* (2020) apontam que a Carta Magna conferiu aos entes federados direitos e obrigações relacionados à tributação, atribuindo a esses entes competências para arrecadação tributária, assim como também regulamentou as transferências intergovernamentais.

Ao tratar de transferências intergovernamentais, Gomes (2007) leciona que correspondem a repasses de recursos financeiros entre entes descentralizados de um Estado, ou

entre estes e o poder central, seguindo o expresso na Constituição, sendo esses repasses legais ou, ainda, objeto de decisões discricionárias do órgão ou entidade permissores.

Nesse sentido, Tristão (2003) pondera que as transferências intergovernamentais de recursos devem ser utilizadas para compensar as diferenças regionais de receitas, ou custos e benefícios externos decorrentes de ações locais. Massardi e Abrantes (2015) evidenciam que essas transferências são essenciais em regimes federativos, possibilitando minimizar as disparidades socioeconômicas existentes, em especial entre os municípios.

Ravanello e Bender (2019) consideram o FPM a mais importante transferência intergovernamental do País, objetivando a redução das desigualdades regionais, sendo repassado pela União aos municípios. Complementando, Hudzinski, Witt e Senff (2019) lecionam que o FPM teve sua regulamentação em 1966, por meio do Código Tributário Nacional, no entanto sua distribuição teve início em 1967 e utilizou como critério de distribuição o número de habitantes dos municípios. Com a Constituição Federal de 1988, o percentual destinado aos municípios, oriundo da arrecadação tributária do IR e do IPI, sofreu alteração, passando a ser de 22,5%, estando atribuído ao Tribunal de Contas da União a responsabilidade de efetuar o cálculo dos coeficientes individuais dos municípios e fiscalizar a entrega dos respectivos recursos, a partir de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desde a sua criação, o FPM teve alterações em seu percentual de distribuição, promovidas por Emendas Constitucionais. Com a Emenda Constitucional (EC) nº 55/2007, houve o acréscimo de 1% no percentual de distribuição. Posteriormente, a EC nº 84/2014 acrescentou mais 1% e, em 2021, a EC nº 112/2021 aumentou novamente o percentual em 1%, implementado a partir de 2022. Novas regras de repartição foram recentemente estabelecidas pela EC nº 132/2023 (Brasil, 1988).

## 2.2 Desenvolvimento Econômico e Desempenho Tributário e Econômico

Segundo Lucena (2018), o desenvolvimento econômico pode ser entendido como a melhoria das condições sociais e econômicas do cidadão. Paralelo a isso, Oliveira e Silva (2017) ponderam que esse desenvolvimento é constituído por esferas econômicas e sociais, estando associado às transformações que geram a cadeia produtiva de uma economia, o que se faz essencial para o crescimento.

Para Massardi e Abrantes (2016), o desenvolvimento econômico possui característica multidimensional, não estando limitado apenas ao aspecto econômico, mas também a outros fatores ligados à qualidade de vida dos cidadãos, como saúde, educação e saneamento. Tangente a isso, Leroy *et al.* (2017) observam que o desenvolvimento econômico e social de uma nação ocorre com heterogeneidade no seu território. Nessa seara, Massardi e Abrantes (2015) lecionam que o desenvolvimento socioeconômico não está limitado ao aspecto econômico, incorporando também extensões envolvendo melhorias na qualidade de vida dos habitantes.

Nessa toada, ressalta-se a importância do esforço fiscal para o desempenho econômico e tributário e para o desenvolvimento econômico dos entes federativos, uma vez que o esforço fiscal pode ser entendido como a capacidade de exploração de determinada arrecadação tributária, considerada como a competência de uma jurisdição em gerar receitas das próprias fontes (Ribeiro; Toneto Júnior, 2004).

Consoante a isso, o desempenho econômico e tributário pode ser entendido como a capacidade de arrecadação tributária e suficiência tributária dos municípios. Nessa perspectiva, para mensurar o desempenho tributário e econômico dos municípios, utiliza-se um indicador visando medir o estágio da economia de um município com base em suas receitas: o Índice de Desempenho Econômico e Tributário (IDTE), levando em sua composição as receitas tributárias próprias, o repasse do ICMS e o FPM, evidenciando a capacidade econômica e

tributária dos municípios e, ainda, demonstrando sua relação com o FPM (Fundação João Pinheiro, 1998; Oliveira; Fortes; Andrade, 2000).

Portanto, tem-se a relação entre desenvolvimento socioeconômico e desempenho econômico, sendo o segundo essencial para assegurar o primeiro, subsidiando a estrutura econômica para que seja possível chegar ao desenvolvimento socioeconômico, estando diretamente ligado ao FPM e sua influência negativa ou positiva no desempenho dos municípios.

Nesse contexto, foram elencadas as seguintes hipóteses:

**H<sub>1</sub>:** os municípios com maior nível de dependência do FPM apresentam menor desempenho econômico e tributário.

**H<sub>2</sub>:** os municípios com melhor desempenho econômico e tributário são aqueles com maior receita tributária própria.

### 3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo se trata de uma pesquisa descritiva, pois buscou descrever características de determinada população e estabeleceu relações entre variáveis (Beuren, 2006). É também uma pesquisa bibliográfica, pois procurou explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (Cervo; Bervian, 2002).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualiquantitativa, uma vez que buscou apresentar características observadas pelo estudo qualitativo e se utilizou de instrumentos estatísticos para obtenção e análise dos resultados (Beuren, 2006; Richardson, 1999). Quanto à técnica de pesquisa, o estudo é documental, uma vez que analisou os dados referentes aos repasses intergovernamentais do FPM para municípios, bem como analisou as bases tributárias desses entes e suas relações com o FPM, no período de 2018 a 2022 (Marconi; Lakatos, 2010).

Este estudo teve como população a Mesorregião Norte de Minas e suas microrregiões, conforme divisão geográfica do IBGE, utilizando-se as nomenclaturas Mesorregião e Microrregião apenas para fins de análise, uma vez que contemporaneamente são utilizados os termos região intermediária e imediata, conforme atualização geográfica do IBGE (2017).

Quanto à determinação do universo da amostra, salienta-se que assim como disposto por Galvarro, Braga e Fontes (2008), o Estado de Minas Gerais possui grande diversidade, sendo um dos estados que mais apresentam disparidades regionais. Esse Estado possui grande número de municípios e amplas diferenças regionais, suscitando diversas questões envolvendo a existência de diferenças socioeconômicas.

Desse modo, pesquisar uma das 12 (doze) mesorregiões mineiras é essencial para entender as características regionais, elementos econômicos e desempenho tributário. A mesorregião Norte de Minas é a maior em extensão territorial no Estado, com 89 (oitenta e nove) municípios e 7 (sete) microrregiões, sendo estas: Bocaiúva com 5 (cinco) municípios, Grão Mogol com 6 (seis) municípios, Janaúba com 13 (treze) municípios, Janaúba com 16 (dezesseis) municípios, Montes Claros com 22 (vinte e dois) municípios, Pirapora com 10 (dez) municípios e Salinas com 17 (dezessete) municípios.

No que tange aos dados analisados neste trabalho, o Quadro 1 apresenta as variáveis adotadas na pesquisa.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na pesquisa

Variável	Tipo	Definição	Fonte de dados
IDTE	Explicada	Índice de desenvolvimento econômico e tributário	Siconfi e TCE/MG
IDFPM	Explicativa	Índice de dependência do Fundo de Participação dos Municípios	Siconfi e TCE/MG
POP	Controle	População	Siconfi e IBGE



FPM	Controle	Fundo de Participação dos Municípios <i>per capita</i>	Siconfi e TCE/MG
ICMS	Controle	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação <i>per capita</i>	Siconfi e TCE/MG
IPVA	Controle	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores <i>per capita</i>	Siconfi e TCE/MG
ITR	Controle	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural <i>per capita</i>	Siconfi e TCE/MG
RCL	Controle	Receita Corrente Líquida <i>per capita</i>	Siconfi e TCE/MG
RTP	Controle	Receita Tributária Própria <i>per capita</i>	Siconfi e TCE/MG
PIB	Controle	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	IBGE

Fonte: elaboração própria.

O IDTE foi proposto em um trabalho desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (1998) e apresentado quando do IX Seminário sobre Economia Mineira, por Oliveira, Fortes e Andrade (2000), utilizado posteriormente por Rachwal e Mel (2015) e Oliveira e Biondini (2016), com algumas modificações e adaptações. Para Oliveira, Fortes e Andrade (2000), o IDTE possibilita a reunião de Municípios de acordo com o nível de desempenho Tributário e Econômico em que se encontram, sintetizando, em um único indicador, o seu grau de suficiência fiscal.

Nesta pesquisa foi adotado o IDTE no formato utilizado por Rachwal e Mel (2015), extraído da equação (1).

$$IDTE = \frac{RTP + TICMS}{FPM} \quad (1)$$

O IDFPM é um índice mensurado com base em dados do FPM e da Receita Corrente Líquida dos municípios. Essa variável foi analisada baseando-se no proposto por Massardi e Abrantes (2016), classificando em baixa dependência os municípios cujo IDFPM for inferior a 20% (vinte por cento), como média dependência para municípios entre 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento) e como alta dependência quando o IDFPM superar 50% (cinquenta por cento). Esse índice, análogo ao utilizado por Massardi e Abrantes (2016), foi extraído da equação (2).

$$IDFPM = \frac{FPM}{RCL} \quad (2)$$

Foram calculados os índices de Correlação de *Pearson*, visando identificar as associações existentes entre as variáveis. Ademais, para mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios em estudo, foi estimado o modelo de regressão linear múltipla com dados em painel, conforme equação (3).

$$IDTE_{it} = \beta_0 + \beta_1 IDFPM_{it} + \beta_2 POP_{it} + \beta_3 FPM_{it} + \beta_4 ICMS_{it} + \beta_5 IPVA_{it} + \beta_6 ITR_{it} + \beta_7 RCL_{it} + \beta_8 RTP_{it} + \beta_9 PIB_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Para utilização das técnicas estatísticas e estimação do modelo de regressão, utilizou-se o *software* Stata/SE 17.0<sup>®</sup>, cujos dados serão analisados e discutidos no tópico subsequente.

#### 4 Análise dos Dados e Discussão dos Resultados

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, esta seção apresenta a estatística descritiva das variáveis, a análise de correlação e a estimação do modelo de regressão.

#### 4.1 Estatística Descritiva

Percebe-se, conforme Tabela 1, que a média do desempenho tributário e econômico dos municípios da mesorregião Norte de Minas foi de 0,48, contudo a mediana foi de 0,38, constatando que mais da metade dos municípios possui índice de desempenho tributário e econômico abaixo da média. Demonstra-se, dessa maneira, que grande parte dos municípios dependem significativamente de transferências intergovernamentais, conforme pontuado por Massardi e Abrantes (2016) e por Araújo (2022).

Tabela 1 - Estatística Descritiva das Variáveis

Variável	N	Média	Desv. padrão	Min.	p25	p50	p75	Máx.
IDTE	445	0,48	0,38	0,19	0,31	0,38	0,51	3,55
IDFPM	445	0,46	0,11	0,08	0,39	0,47	0,53	0,76
POP	445	19.374	44.071	3.136	5.733	8.138	18.164	417.478
FPM	445	1.473,68	717,62	205,55	953,41	1318,19	1.826,59	4.856,91
ICMS	445	466,21	201,66	87,65	317,97	433,23	564,93	1.449,01
IPVA	445	44,68	26,04	4,70	26,69	38,30	53,79	165,51
ITR	445	4,85	11,06	0,04	0,68	1,83	3,69	84,57
RCL	445	3.128,15	1.037,60	767,29	2.358,82	2.947,58	3.748,16	6.731,98
RTP	445	131,58	126,73	10,82	61,51	92,52	142,81	1.059,75
PIB	445	12.814,55	7.243,38	6.336,94	8.865,26	10.442,76	13.329,28	50.622,83

Fonte: dados da pesquisa.

Salienta-se que o IDTE possui valor máximo acima de 1,00, evidenciando a existência de municípios com alto nível de desempenho tributário e econômico na amostra da pesquisa. Esse percentual foi obtido pelo município de Montes Claros, indicando a eficiência tributária do município e sua independência quanto às transferências intergovernamentais.

Quanto à população dos municípios, constatou-se que a média da mesorregião é aproximada a 19.000 (dezenove mil) habitantes, no entanto a mediana encontrada está em pouco mais de 8.000 (oito mil) habitantes, demonstrando que a maioria dos municípios estudados são de pequeno porte e estão abaixo da média populacional.

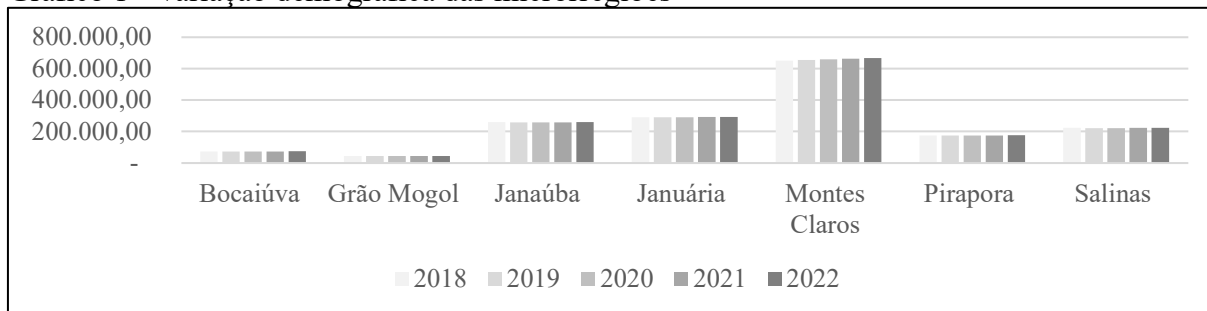
Ao analisar o FPM, nota-se que a variação sofrida pela variável é de aproximadamente 48% (quarenta e oito por cento), levando em consideração a divisão do desvio padrão pela média obtida, demonstrando que essa variável possuiu variação média. Por sua vez, a variável ICMS oscilou em torno de 43% (quarenta e três por cento), tendo sua variação abaixo da média.

O IPVA teve sua variação em 58% (cinquenta e oito por cento) demonstrando que alternou de forma significativa entre os municípios, sendo notório ainda a distância entre o valor mínimo e o máximo apresentando e a discrepância entre essa arrecadação nos municípios. A variável ITR apresentou disparidades em sua arrecadação entre os municípios, apontando uma divergência entre sua média e mediana de aproximadamente 38% (trinta e oito por cento), assim como também a diferença entre o valor mínimo e o máximo ser consideravelmente alto, evidenciando a heterogeneidade de sua arrecadação e repasse.

A RCL apresentou variação aproximada de 33% (trinta e três por cento), sendo relativamente baixa, enquanto a RTP variou acima de 96% (noventa e seis por cento), ocupando uma das maiores variações entre todas as variáveis estudadas, estando a maioria dos municípios abaixo da média encontrada, evidenciando a baixa arrecadação tributária dos municípios e corroborando a dependência ao FPM. Ademais, a tabela expôs a média do PIB, variando cerca de 56% (cinquenta e seis por cento), com valor máximo consideravelmente superior à média, o que pode ser explicado pelo destaque de poucos municípios quanto a essa variável, como é o caso dos municípios de Grão Mogol, Pirapora e Riacho dos Machados, que representaram os maiores PIBs encontrados no período contemplado pela pesquisa.

Para fins de análise, uma relevante variável utilizada foi a população, uma vez que todas as demais variáveis, com exceção do IDTE e do IDFPM, foram utilizadas de forma *per capita*. Diante do exposto, em busca de evidenciar o índice demográfico da Mesorregião Norte de Minas, separou-se a amostra por microrregiões, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação demográfica das microrregiões



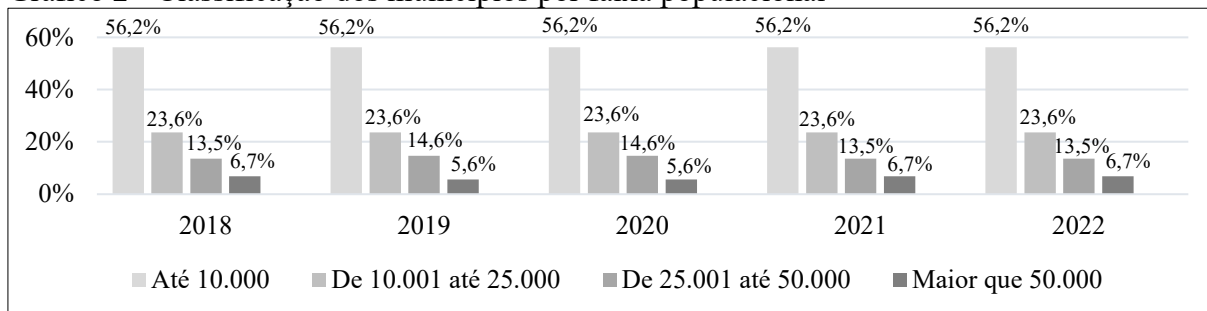
Fonte: dados da pesquisa.

Conforme demonstrado no gráfico supra, a mesorregião Norte de Minas possui população total aproximada de 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) habitantes, estando cerca de 38% (trinta e oito por cento) da população concentrada na microrregião de Montes Claros e aproximadamente apenas 3% (três por cento) na microrregião de Grão Mogol.

Quanto à variação demográfica durante os 5 (cinco) anos pesquisados, a microrregião de Montes Claros foi a que apresentou maior variação, sendo positiva com elevação da população. Paradoxo a isso, a microrregião de Janaúba apresentou redução gradual da população durante o período estudado. As demais microrregiões apresentaram leves variações, porém no último período possuíam população superior ao índice demográfico do primeiro ano de estudo. Cabe ainda mencionar que o índice demográfico não está exclusivamente ligado a quantidade de municípios, uma vez que a microrregião de Janaúba possui apenas 10 (dez) municípios e população maior que a microrregião de Salinas, com 17 (dezesete) municípios.

Além da divisão populacional por microrregião, analisou-se a classificação dos municípios por porte, ou seja, o percentual médio de habitantes dos municípios estudados, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Classificação dos municípios por faixa populacional



Fonte: dados da pesquisa.

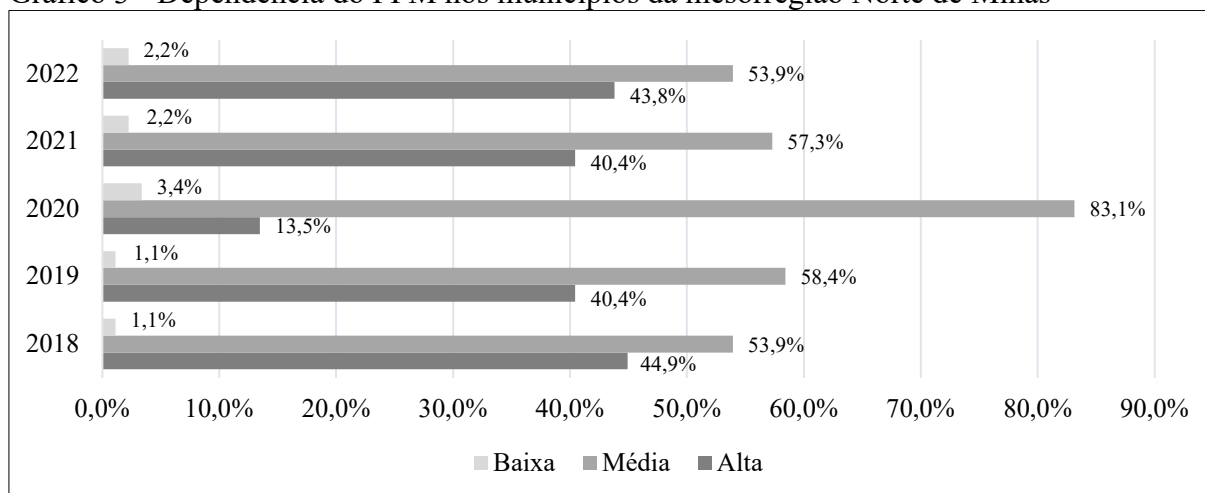
Verifica-se que mais da metade dos municípios norte-mineiros são de pequeno porte, visto que cerca de 56% possuem população inferior a 10.000 (dez mil) habitantes. Os menores índices demográficos foram identificados nos municípios de Glaucilândia e Campo Azul, localizados na microrregião de Montes Claros, bem como no município de Santa Fé de Minas, localizado na Microrregião de Pirapora, ambos com população inferior a 4.000 (quatro mil)



habitantes. Já os maiores índices populacionais foram encontrados nos municípios de Bocaiúva, São Francisco e Pirapora, com população aproximada de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, Januária e Janaúba, com população superior a 60.000 (sessenta mil) habitantes, e Montes Claros, com sua população superando 400.000 (quatrocentos mil) habitantes.

O Gráfico 3 demonstra os percentuais por nível de dependência do FPM dos municípios da amostra.

Gráfico 3 - Dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas



Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se que o nível de dependência com maior percentual em todos os anos de estudo é a dependência média, estando a maioria dos municípios com IDFPM entre 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento), seguida pela alta dependência presente em mais de 40% dos municípios.

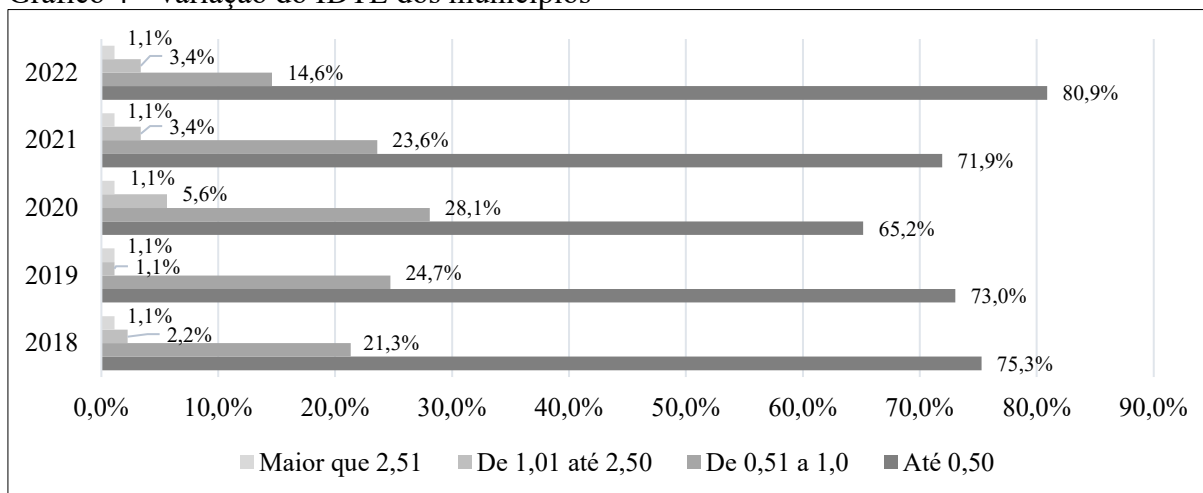
Nota-se ainda que o ano com maior dependência ao FPM foi o ano de 2018, onde 44,94% (quarenta e quatro vírgula noventa e quatro por cento) dos municípios apresentaram alta dependência, consistindo no maior percentual do nível durante o período da pesquisa, seguido por 53,93% (cinquenta e três vírgula noventa e três por cento) com média dependência e apenas 1,12% (um vírgula doze por cento) com baixa dependência. Paralelo a isso, o ano com menor dependência foi 2020, com apenas 13,48% (treze vírgula quarenta e oito por cento) dos municípios com alta dependência, apresentando aumento no percentual de baixa dependência para 3,37% (três vírgula trinta e sete por cento) e com 83,15% (oitenta e três vírgula quinze por cento) no nível médio de dependência, reduzindo significativamente a alta dependência.

Pondera-se que, embora tenha apresentado redução expressiva no ano de 2020, o índice de dependência voltou a subir consideravelmente em 2021 e 2022. Dessa maneira, torna-se evidente a relevância do FPM na composição das receitas dos municípios norte-mineiros, face aos dados analisados.

Em relação à distribuição do índice por microrregião, observa-se que as microrregiões de Bocaiúva, Grão Mogol, Januária e Salinas não apresentaram municípios com baixa dependência durante os 5 (cinco) anos do estudo, sendo a microrregião de Montes Claros a única que apresentou municípios com baixa dependência em todos os anos da pesquisa, considerando o percentual atribuído ao município sede.

Com a finalidade de apresentar o panorama do desempenho tributário e econômico dos municípios norte mineiros, foi elaborado um gráfico apresentando as variações do IDTE nos municípios da amostra durante os 05 (cinco) anos da pesquisa.

Gráfico 4 - Variação do IDTE dos municípios



Fonte: dados da pesquisa.

A maioria dos municípios norte-mineiros possui baixo desempenho tributário e econômico, estando com IDTE inferior a 0,50, seguida pelos municípios com IDTE até 1,0. Esse panorama apresentou redução em 2020, contudo voltou a subir consideravelmente a partir de 2021, conforme Gráfico 4.

Dentre os poucos municípios que apresentaram melhores desempenhos, está Montes Claros, que foi o único com elevado IDTE (acima de 2,51) em todos os anos da pesquisa. Entre os entes que apresentaram recuperação do IDTE em 2020, estão 3 (três) municípios das microrregiões de Pirapora (Buritizeiro, Pirapora e Lassance) e 2 (dois) de Janaúba (Riacho dos Machados e Janaúba).

O ano de 2019 apresentou o pior cenário de desempenho tributário e econômico dos municípios norte-mineiros, com quase 97% (noventa e sete por cento) dos entes com baixo IDTE, apenas 2,2% (dois vírgula dois por cento) com IDTE consideravelmente bom e 1,1% com IDTE nulo, ou seja, o município depende em igual proporção do IDTE e do FPM. O município de Riacho dos Machados, na microrregião de Janaúba, apresentou IDTE nulo em 2019 e 2022, constatando que o município possui dependência igual ao FPM e a Receitas Tributárias Próprias.

Considerando a classificação proposta por Rachwal e Mel (2015), a Tabela 2 apresenta o percentual de municípios por classificação do IDTE.

Tabela 2 - Distribuição do IDTE na mesorregião Norte de Minas

Níveis de IDTE	2018	2019	2020	2021	2022
IDTE < 1	96,6%	96,7%	93,3%	95,5%	94,4%
IDTE = 1	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	1,1%
IDTE > 1	3,4%	2,2%	6,7%	4,5%	4,5%

Fonte: dados da pesquisa.

Oliveira e Biondini (2016) pontificam que o IDTE é baseado na tese que vincula a capacidade de geração de receitas tributárias de uma localidade, região ou país ao seu nível de desenvolvimento. Dessa maneira, quanto maior o IDTE, melhor será o desempenho econômico e tributário dos municípios. No entanto, a pesquisa indicou que os municípios da Mesorregião Norte de Minas, em quase a sua totalidade, não possuem bom desempenho tributário e econômico, com grande dependência a transferências intergovernamentais.

## 4.2 Análise de Correlação

Corrar e Theóphilo (2004) explanam que a análise de correlação visa medir a força ou o grau em que as variáveis se relacionam em termos relativos, não implicando causa e efeito de uma variável sobre a outra, apenas o relacionamento matemático.

A Tabela 3 fornece as correlações entre as variáveis do modelo, apontando a relação existente entre elas. Foi utilizada a correlação de *Pearson* para identificar essas associações.

Tabela 3 - Matriz de Correlação

Var.	IDTE	IDFPM	POP	FPM	ICMS	IPVA	ITR	RCL	RTP	PIB
IDTE	1,000									
IDFPM	-0,683***	1,000								
POP	0,861***	-0,556***	1,000							
FPM	-0,395***	0,716***	-0,356***	1,000						
ICMS	0,087*	0,236***	-0,198***	0,656***	1,000					
IPVA	0,542***	-0,595***	0,538***	-0,245**	-0,062	1,000				
ITR	0,178***	-0,067	-0,057	0,101**	0,429***	-0,017	1,000			
RCL	-0,102**	0,315***	-0,170***	0,871***	0,781***	0,057	0,211***	1,000		
RTP	0,637***	-0,465***	0,360***	-0,034	0,425***	0,506***	0,479***	0,313***	1,000	
PIB	0,578***	-0,476***	0,244***	-0,156***	0,368***	0,399***	0,207***	0,133***	0,634***	1,000

Nota: \*\*\*  $p < 0,01$ , \*\*  $p < 0,05$  e \*  $p < 0,10$ .

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se que a variável com maior correlação com o IDTE foi a População (0,86) seguida pela variável Receita Tributária Própria (0,64), ambas com correlação positiva forte ao nível de 1% de significância, uma vez que se aproxima ou supera 0,7. O IDTE também possui associação positiva e significativa a 1% com o PIB (0,58).

Paradoxo a isso, a variável com menor intensidade no IDTE é o IDFPM (-0,68), com correlação negativa fraca. Infere-se, portanto, que o desempenho tributário e econômico de um município não sofre majoração com uma maior transferência do FPM, e sim com aumento da população e da capacidade tributária própria.

Paralelamente, observando-se a variável IDFPM, certifica-se que esta é associada positivamente forte com o FPM (0,72) e negativamente forte com a população (-0,56), constando que os menores municípios são aqueles com maior dependência aos recursos do FPM. Ao correlacionar o IDFPM com a RTP, percebe-se uma associação negativa fraca (-0,47), assim como aquela variável com o PIB (-0,48). Constata-se que, quanto maior a RTP e o PIB, menor será a dependência ao FPM.

Identificou-se correlação positiva do FPM com as variáveis ICMS (0,66) e RCL (0,87) demonstrando o peso do FPM na composição da Receita Corrente Líquida. Por outro lado, o FPM apresenta correlação negativa fraca com a RTP (-0,03), demonstrando que o FPM não cresce com o aumento da arrecadação própria dos municípios.

Nota-se ainda que as variáveis IPVA e ITR se correlacionam positivamente, embora fracas, com a RCL e com o PIB, tornando evidente que pouco influenciam na composição destes. A RCL se correlaciona positivamente fraca ao nível de 1% de significância com a RTP e com PIB, apresentando que influencia ou é influenciada por estes. Quando à RTP, constata-se que possui correlação positiva forte (0,63) ao nível de 99% de confiança com o PIB, confirmando a existência de relação significativa entre a arrecadação tributária e a soma de todos os bens e serviços finais produzidos nos municípios pesquisados.

## 4.3 Análise de Regressão

A Tabela 4 apresenta o modelo de regressão por efeitos fixos, visto que o teste de Hausman demonstrou ser este o modelo mais indicado para a equação proposta, comparando-se ao modelo por efeitos aleatórios. Além disso, o teste de Chow ( $\text{Prob} > F = 0,0000$ ) constatou que o modelo de efeitos fixos apresenta parâmetros mais adequados que o modelo estimado por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Tabela 4 - Teste de Regressão por Efeitos Fixos

IDTE	Coefficiente	DP	t	P> t	(95% Intervalo de Confiança)	
IDFPM	-1,090748	0,1014	-10,8	0,000	-1,290142	-0,891355
POP	-0,00001	2.85e-06	-3,53	0,000	-0,0000156	- 4.44e-06
FPM	0,0000715	3E-05	2,54	0,012	0,000016	0,000127
ICMS	0,0003849	4E-05	9,42	0,000	0,0003046	0,000465
IPVA	0,0001682	0,0003	0,64	0,520	-0,0003461	0,000683
ITR	-0,0007807	0,0006	-1,35	0,178	-0,0019187	0,000357
RCL	-0,0001116	2E-05	-6,55	0,000	-0,0001451	-7,81E-05
RTP	0,0004241	4E-05	9,47	0,000	0,000336	0,000512
PIB	- 2.27e-06	1.51e-06	-1,51	0,132	- 5.24e-06	6.89e-07
cons	1,207479	0,0669	18,04	0,000	1,075804	1,339155
Número de observações:		445				
Número de grupos:		89				
R <sup>2</sup> Within:		0,5855				
R <sup>2</sup> Between:		0,5407				
R <sup>2</sup> Overall:		0,5021				
Previsão de y (Xb):		corr(u <sub>i</sub> , Xb) = -0,9284				
Teste de Chow:		F test that all u <sub>i</sub> =0: F(88, 347) = 13,51			Prob > F = 0,0000	

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme dados da tabela acima, percebe-se que o IDFPM exerce influência negativa, a 99% de confiança, com o IDTE, considerando o coeficiente (-1,090748) e o *p-value* (0,000) apurados. Esses resultados corroboram os indicadores demonstrados na Matriz de Correlação analisada alhures (Tabela 3).

A população e a RCL também exercem efeitos negativos sobre o IDTE, a 1% de significância, embora em dimensão próxima a 0 (zero). Já o ICMS e a RTP demonstraram influenciar positivamente o IDTE, igualmente a 1% de significância.

Em que pese o IDFPM se relacionar negativamente com a majoração do IDTE, o FPM apresentou relação positiva com a variável explicada, a 95% de confiança. As demais variáveis de controle (IPVA, ITR e PIB) não são significativas para explicar o indicador IDTE, tendo em vista o *p-value* (0,520, 0,178 e 0,132, respectivamente).

Frisa-se os valores dos coeficientes de determinação ( $R^2$ ), representados pelas variações *Within*, *Between* e *Overall*. Tendo em vista a primeira medida de ajuste de um modelo estatístico linear, o IDTE é explicado em 58,55% pelo modelo. Quanto à variação *Between*, o modelo estimado explica 54,07% dos resultados encontrados. Já em relação ao coeficiente *Overall*, os resultados são explicados em 50,21% pelo modelo. Gujarati e Porter (2011) destacam que, em pesquisas da área de ciências sociais, é comum identificar uma baixa explicação das variáveis pelo modelo de regressão, considerando que existe uma certa limitação de dados necessários para desenvolvimento dos estudos.

Observa-se, ainda, a correlação apresentada para o componente não observável e a previsão de y (Xb), de “corr(u<sub>i</sub>, Xb) = -0,9284”, que mensura a associação existente entre os regressores e a heterogeneidade não detectada.

Esses resultados permitem confirmar a primeira hipótese proposta neste estudo, de que os municípios com maior nível de dependência do FPM apresentam menor desempenho econômico e tributário. Ademais, os resultados encontrados possibilitam a confirmação da

segunda hipótese deste trabalho, de que os municípios com melhor desempenho econômico e tributário são aqueles com maior receita tributária própria.

## 5 Considerações Finais

O federalismo fiscal brasileiro e a Constituição Federal de 1988 foram importantes marcos para a descentralização fiscal e administrativa no País, propiciando maior autonomia aos entes federados, em especial aos municípios, no intuito de promover a equidade entre as regiões, fomentando o acesso a bens públicos pela população local.

Para assegurar a oferta de bens públicos pelos entes federados, têm-se as transferências intergovernamentais, que visam equilibrar a economia entre esses entes. No entanto, os repasses intergovernamentais, especialmente o FPM, desencadearam ineficiência tributária por parte dos municípios, ocasionando dependência a esse recurso.

Neste trabalho, buscou-se mensurar a relação entre o desempenho econômico e tributário e a dependência do FPM nos municípios da mesorregião Norte de Minas. Especificamente, pretendeu-se analisar o desempenho econômico e tributário dos municípios e identificar os níveis de dependência dos municípios ao FPM.

Os resultados foram obtidos por meio de métodos estatísticos, utilizando-se como variáveis explicada e explicativa o Índice de Desempenho Econômico e Tributário e o Índice de Dependência do Fundo de Participação dos Municípios, respectivamente. Como variáveis de controle, foram utilizadas: População, FPM, ICMS, IPVA, ITR, Receita Corrente Líquida, Receita Tributária Própria e PIB.

Identificou-se que a maioria dos municípios possuíram desempenho tributário e econômico inferior à média durante o período estudado. Isso foi comprovado ainda ao analisar a variável IDFP, demonstrando que uma quantidade inexpressiva de municípios apresentou nível baixo de dependência ao fundo de participação, constando, assim, que quanto maior a dependência ao FPM menor será o desempenho econômico e tributário dos entes municipais.

Os resultados encontrados indicam que a maioria dos municípios do Norte de Minas Gerais possui baixo desempenho tributário, dependendo significativamente do FPM na composição de suas receitas. No entanto, cabe ressaltar a identificação de municípios com IDTE positivo, apresentando suficiência tributária e independência aos recursos do FPM, como é o caso do município de Montes Claros, que em todos os anos de estudo apresentou IDTE positivo. Houve ainda municípios com IDTE nulo, ou seja, dependem de igual maneira do FPM e da capacidade tributária própria, como ocorreu com o município de Riacho dos Machados, em 2019 e 2022.

A Matriz de Correlação apresentada demonstrou que quanto maior for a dependência econômica ao FPM menor será o desempenho econômico e tributário do município. Evidenciou, ainda, que os municípios mais populosos apresentaram bons resultados tributários. Contudo, verificou-se que a maioria dos municípios da mesorregião analisada são de pequeno porte, dependendo significativamente do FPM.

Os achados desta pesquisa sugerem que, em média, o IDFP exerce influência negativa, a 99% de confiança, com o IDTE, corroborando os indicadores demonstrados na Matriz de Correlação. Todavia, em que pese o IDFP se relacionar negativamente com a majoração do IDTE, o estudo sugere que o FPM apresenta relação positiva com a variável explicada, a 95% de confiança.

Os resultados encontrados confirmaram as duas hipóteses propostas neste trabalho, visto que os municípios com maior nível de dependência do FPM apresentaram menor desempenho econômico e tributário e aqueles com melhor desempenho econômico e tributário possuem maior receita tributária própria.



O estudo não abordou a relação entre o desempenho econômico e tributário dos municípios e o seu desenvolvimento socioeconômico, sugerindo-se para futuras pesquisas a análise dessa associação, considerando fatores como qualidade de vida e acesso a bens públicos pela coletividade. Além disso, sugerem-se pesquisas futuras com o objetivo semelhante ao proposto neste estudo, no entanto com uma amostra que represente a totalidade dos municípios mineiros, com vistas a ampliar o debate sobre o federalismo fiscal e aspectos de capacidade tributária dos entes governamentais.

### Referências

- ARAÚJO, Ana Lígia Alves de. **O Efeito de emendas parlamentares individuais sobre a autonomia fiscal de municípios brasileiros**. 2022. 68 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração, Fucape Pesquisa e Ensino S/A, São Luís, Maranhão, 2000. Disponível em: [https://fucape.br/?jet\\_download=51f842e500ca597c3b7ca2156af9ea1218c97d83](https://fucape.br/?jet_download=51f842e500ca597c3b7ca2156af9ea1218c97d83). Acesso em: 20 dez. 2022.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 dez. 2023.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981**. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1881.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1881.htm). Acesso em: 15 nov. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15172compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm). Acesso em: 14 nov. 2022.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- CORRAR, Luiz João; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. São Paulo: Atlas, 2004.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Finanças dos municípios mineiros: indicadores e diversidade**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Econômicos e Sociais/Fundação João Pinheiro, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=53290&codU>. Acesso em: 10 maio 2023.

GALVARRO, Maria del Pilar Salinas Quiroga Soria; BRAGA, Marcelo Jose; FONTES, Rosa Maria Olivera. Federalismo fiscal e as disparidades no Estado de Minas Gerais. *In*: EnANPAD, 23., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2008. Disponível em: [https://arquivo.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=ODc0Mw==](https://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=ODc0Mw==). Acesso em: 20 nov. 2022.

GASPARINI, Carlos Eduardo; MIRANDA, Rogério Boueri. Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo fundo de participação dos municípios. **IPEA**: texto para discussão, Brasília, v. 1, n. 1243, p. 1-42, dez. 2006. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1805/1/TD\\_1243.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1805/1/TD_1243.pdf). Acesso em: 16 nov. 2022.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. **Fundamentos das transferências intergovernamentais**. São Paulo: Revista TCU, 2007.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HUDZINSKI, Alana Albuquerque; WITT, Cleonice; SENFF, Carlos Otávio. A dependência do Fundo de Participação dos Municípios e a qualidade dos gastos e das políticas públicas: um estudo aplicado aos municípios do estado de Santa Catarina. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 114–142, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.32586/rcda.v17i1.523>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LEROY, Rodrigo Silva Diniz; ABRANTES, Luiz Antônio; ALMEIDA, Fernanda Maria de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; VIEIRA, Michelle Aparecida. Estrutura arrecadatória e desenvolvimento socioeconômico dos municípios mineiros. **Desenvolvimento em Questão**, [s. l.], v. 15, n. 41, p. 164–201, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.41.164-201>. Acesso em: 19 dez. 2022.

LUCENA, Rafael Silva. **Relação entre as receitas tributárias e transferências constitucionais (FPM) e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros**. 2018. 57 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Contabilidade e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração, Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda., São Luís, Maranhão, 2018. Disponível em: [https://fucape.br/?jet\\_download=6d21c3ea821e416b416296cf1d83c3b81213467e](https://fucape.br/?jet_download=6d21c3ea821e416b416296cf1d83c3b81213467e). Acesso em: 20 dez. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARENGO, Sabrina Trejes. **Análise de desempenho econômico de municípios gaúchos emancipados**. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:

<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5042>. Acesso em: 10 dez. 2022.

MASSARDI, Wellington de Oliveira. **Fiscal efforton and socioeconomic performance of municipalities in Minas Gerais**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://locus.ufv.br/handle/123456789/1997>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MASSARDI, Wellington de oliveira; ABRANTES, Luiz Antônio. Dependência dos municípios mineiros em relação ao Fundo de Participação dos Municípios. **Gestão e Sociedade**, [s. l.], v. 10, n. 27, p. 1397-1416, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.21171/ges.v10i27.1963>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; ABRANTES, Luiz Antonio. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. **REGE-Revista de Gestão**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 295-313, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5700/rege564>. Acesso em: 15 dez. 2022.

MENDES, Marcos. Federalismo fiscal. In: ARVATE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. (org.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 421-461

MENDES, Marcos; MIRANDA, Rogério Boueri; COSIO, Fernando Blanco. **Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Abril/2018 (Texto para Discussão nº 40). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/94747>. Acesso em: 09 dez. 2022.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; BIONDINI, Isabella Virgínia Freire. IDTE: um índice de finanças para a análise do desenvolvimento – o caso dos municípios de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Administração Política**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 33-33, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15574>. Acesso em: 13 dez. 2022.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; FORTES, Fátima Beatriz C. Teixeira P.; ANDRADE, Rogério. Receitas dos municípios mineiros: diversidade e indicadores. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 9., 2000, Diamantina. **Anais [...]**. Diamantina: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. p. 651-678. Disponível em:

<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2000/fabricio.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

OLIVEIRA, Marines Rute de; SILVA, Gerson Henrique da. Análise espacial do desenvolvimento econômico dos municípios do oeste do Paraná. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2177-4153.20170013>. Acesso em 08 dez. 2022.

PASSOS, Cristhian Rêgo; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes do. Fundo de Participação dos Municípios na Composição das Receitas: um estudo sobre dependência dos

municípios piauienses nos anos 2013 a 2016. *In: Congresso Brasileiro de Custos*, 25., 2018, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: Associação Brasileira de Custos, 2018. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4497>. Acesso em 25 nov. 2022.

RACHWAL, Carla Beatriz; MEL, Gilmar Ribeiro de. Desempenho fiscal dos municípios paranaenses e seus determinantes: uma análise econométrica para o período de 2001 a 2010. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 89-101, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2359-5876.20150007>. Acesso em: 14 dez. 2022.

RAVANELLO, Mariangela; BENDER, Reisoli Filho. Análise da dependência dos municípios do Vale do Rio Pardo/RS aos recursos de transferência do FPM. **Economia e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 31, p. e14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1414650938503>. Acesso em: 17 dez. 2022.

REZENDE, Fernando (coord.). **Equalização fiscal**. Programa Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros & Fundação Getúlio Vargas, Caderno Fórum Fiscal, [s. l.], n. 1, Dez/2006. Disponível em: [https://efaz.fazenda.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/Forum\\_Fiscal\\_dos\\_Estados/FFEB\\_Caderno\\_n\\_1.pdf](https://efaz.fazenda.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Forum_Fiscal_dos_Estados/FFEB_Caderno_n_1.pdf). Acesso em: 05 dez. 2023.

RIBEIRO, T. B.; TONETO JÚNIOR, R. As receitas tributárias das praças de pedágio e as finanças públicas municipais: uma análise do esforço fiscal no estado de São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, [s. l.], n. 27, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/52>. Acesso em: 23 dez. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, José Antônio Nunes de; COSTA, Fagner Moura da; FERREIRA, Francisco Danilo da Silva; NUNES, Emanoela Carneiro; ASSIS, Gabrielly Matias de Lima. Dependência dos municípios do Rio Grande do Norte em relação ao Fundo de Participação dos Municípios no período de 2013 a 2018. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 318-330, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/facefpesquisa/article/view/1892/1472>. Acesso em: 21 dez. 2022.

TRISTÃO, José Américo Martelli. **A administração tributária dos municípios brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação**. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/2568>. Acesso em: 11 dez. 2022.